



BOLETIM INFORMATIVO RADIODIFUSÃO

Anatel viabiliza canais para migração de 40 emissoras catarinenses

Matérias de especial interesse

- Anatel viabiliza canais para migração de 40 emissoras catarinenses
- Ibope anuncia crescimento de 8% nos investimentos publicitários em 2014
- São Paulo avalia linha de crédito especial para migração
- TSE indefere reclamação contra emissora que não transmitiu propaganda partidária

Por meio da Consulta Pública nº 6, publicada no Diário Oficial desta quinta-feira, dia 12, a Anatel divulgou a viabilização de 40 canais que servirão para atender solicitações de adaptação de outorgas do serviço de radiodifusão sonora em onda média para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Santa Catarina.

Ao todo, o Ministério das Comunicações recebeu e encaminhou 100 solicitações de estudo de viabilidade técnica com vistas à migração de emissoras catarinenses, mas em diversos municípios os pedidos não puderam ser atendidos por não haver espectro radioelétrico disponível na faixa atual de FM.

Assim, os processos envolvendo as emissoras de algumas das principais cidades catarinenses, como Blumenau, Florianópolis, Joinville e Tubarão, ficarão sobrestados até que haja viabilidade técnica para atender a todos os pleitos conjuntamente, a princípio com o desligamento da televisão analógica.

Ademais, emissoras das cidades de Indaial e Pomerode foram consultadas e anuíram com a adaptação de suas outorgas para a classe C, vez que, na atual faixa de FM, não seria possível a migração para as classes correspondentes consoante estipulado no Decreto nº 8.139.

Dessa forma, a Consulta Pública, que poderá ser objeto de contribuições e sugestões da sociedade em geral até o próximo dia 5, propõe a inclusão de 40 canais no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM), distribuídos pelas cidades de Abelardo Luz, Balneário Camboriú, Braço do Norte, Caçador, Caibi, Campos Novos, Canoinhas, Curitiba, Fraiburgo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Lages (4), Laguna (2), Lauro Muller, Major Vieira, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Pomerode, Ponte Serrada, Rio Negrinho, Santa Cecília, São Bento do Sul, São Joaquim, São José (2), São Miguel do Oeste (2), Seara, Tunápolis, Urubici e Videira.

Entretanto, para a inclusão de tais canais, além de vários (18 no total) estarem condicionados à anuência das administrações do espectro nos vizinhos Argentina, Paraguai e Uruguai, ainda será necessária a exclusão de 60 canais do PBFM, distribuídos não só por Santa Catarina (49), mas também pelo Paraná (2) e Rio Grande do Sul (9).

Com a publicação de mais esta Consulta Pública, já são 626 os canais viabilizados pela Anatel para atender as emissoras que solicitaram a migração do serviço em onda média (OM) para frequência modulada (FM), que foram 1.386 em todo o Brasil.

Ibope anuncia crescimento de 8% nos investimentos publicitários em 2014



“Sempre segundo o Ibope Media, teriam sido investidos pouco mais de R\$ 5 bilhões no meio rádio em 2014, o que representaria 4% do mercado publicitário brasileiro.”

Nesta quarta-feira (11), o Ibope Media divulgou que o montante de recursos investidos no mercado publicitário brasileiro teve um incremento de 8% em 2014 comparativamente a 2013, alcançando a expressiva marca de R\$ 121 bilhões.

De acordo com o estudo divulgado, intitulado Retrospectiva e Perspectivas, o meio de comunicação que mais recebeu investimentos no Brasil em 2014 foi a televisão que, não obstante a concorrência das mídias digitais, viu sua participação no mercado subir de 53% para 56% totalizando investimentos superiores a R\$ 67 bilhões.

Esse número é ainda maior se somado aos mais de R\$ 6 bilhões computados como ‘tv merchandising’, apurado separadamente pela metodologia utilizada pelo Ibope Media, correspondendo a outros 5% do mercado publicitário como um todo.

Em segundo lugar aparece o meio jornal, que recebeu mais de R\$ 17 bilhões de investimentos publicitários, seguido pela TV por assinatura, com montante superior a R\$ 11 bilhões.

Sempre segundo o Ibope Media, teriam sido investidos pouco mais de R\$ 5 bilhões no meio rádio em 2014, o que representaria 4% do mercado publicitário brasileiro.

Em relação aos setores que mais investiram, destaque para ‘Comércio e Varejo’, representando 18% dos investimentos realizados, seguido por ‘Higiene Pessoal e Beleza’ e ‘Serviços ao Consumidor’, ambos com 10%.

Em termos individuais, a maior anunciante foi a Via Varejo, empresa administradora das marcas Casa Bahia e Ponto Frio, seguida por Unilever Brasil e Genomma.

Para receber a íntegra do estudo Retrospectiva e Perspectivas, solicite por contato@mouraeribeiro.adv.br;



Abert critica Ibope por divulgação de dados incorretos de audiência de rádio

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) encaminhou ofício ao Ibope Media criticando a divulgação de relatório contendo dados incorretos da audiência no meio rádio na cidade de São Paulo de novembro de 2014 a janeiro de 2015.

Segundo a entidade, o Ibope Media, mesmo alertado por radiodifusores, primeiramente negou a ocorrência de qualquer erro, vindo a reconhecê-los apenas no último dia 6, quase 1 mês após a divulgação dos dados.

Para o presidente da Abert, Daniel Pimentel Slaviero, “ao longo de quase um século de atuação, as emissoras de rádio sempre se dedicaram à profissionalização do mercado, como forma de honrar a confiança de anunciantes e ouvintes. A demora do Ibope Media em corrigir os números releva descuido para com o rádio, segunda mídia mais importante do Brasil”.

No documento, ainda são enumerados um histórico de equívocos do instituto.

São Paulo avalia linha de crédito especial para migração

A Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp) apresentou proposta de abertura de uma linha de crédito especial para que os radiodifusores paulistas possam adquirir os equipamentos necessários para a migração em condições mais favoráveis.

O pleito foi apresentado durante audiência realizada no último dia 5 na Secretaria Estadual da Fazenda, oportunidade na qual o presidente da entidade, Rodrigo Neves, foi recebido pelo secretário Renato Villela e por Milton Luiz de Melo Santos, presidente da Desenvolve SP, agência de fomento paulista focada no desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Participaram da reunião, ainda, o líder do Comitê Técnico da Aesp, engenheiro José Eduardo Cappia, e o assessor da entidade, Oscar Luiz Piconez.

Para o deputado estadual Edmir Chedid (DEM), também presente a audiência, “é preciso que o conteúdo do AM seja factível em faixa menos ruidosa e mais viável. Por isso, houve esta proposta para que as emissoras migrassem, fato que esbarra no alto investimento”.

Já o presidente da Aesp destacou que “seria muito bem-vinda uma linha de financiamento que pudesse abranger desde o pagamento pela diferença da outorga até os equipamentos”.



Comissões da Câmara dos Deputados elegem vice-presidentes

Várias das comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram seus vice-presidentes durante a semana.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), por exemplo, escolheu o deputado Sandro Alex (PPS/PR) para o cargo de primeiro vice-presidente, enquanto o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) será o segundo vice-presidente.

Um dia antes, na terça-feira (10), os membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) elegeram os três vice-presidentes da comissão (que possui um número maior de membros): Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) assumiu a primeira vice-presidência, Osmar Serraglio (PMDB/PR) a segunda e Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) foi eleito para a terceira vice-presidência.

“Seria muito bem-vinda uma linha de financiamento que pudesse abranger desde o pagamento pela diferença da outorga até os equipamentos.”

Ministério multa em quase R\$ 30 mil emissora que não comunicou alteração contratual

Por não ter comunicado ao Ministério das Comunicações a realização de duas alterações contratuais no prazo legal, emissora de rádio foi multada em R\$ 29.367,24, conforme portaria assinada por João Paulo Saraiva de Andrade, que deixou o cargo de diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica no último dia 9.

Em seu lugar, foi nomeado Adolpho Henrique Almeida Loyola.

Durante a semana, também a Anatel divulgou a aplicação de diversas sanções de advertência e multa, sendo a maior no valor de R\$ 24.000,00 à emissora de rádio em frequência modulada localizada em Campos dos Goytacazes / RJ.

TSE indefere reclamação contra emissora que não transmitiu propaganda partidária

“Tendo em vista a regionalização de suas inserções nacionais, caberia a reclamante não apenas a notificação da emissora geradora do sinal televisivo, mas igualmente daquelas responsáveis pela transmissão do sinal na região que se pretendia alcançar.”



“A inconstitucionalidade de acórdão lavrado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região que, na prática, determina a inserção do recurso de audiodescrição na totalidade da programação das emissoras de televisão.”

Por entender que “a transmissão da propaganda partidária deixou de ser efetivada porquanto a comunicação da veiculação das inserções do reclamante só foi efetivada com a entrega da fita magnética e do plano de mídia, após o prazo estabelecido na Res.-TSR nº 20.034/97 e, portanto, intempestivamente”, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou improcedente pedido formulado por partido político que pretendia o deferimento da veiculação em novas datas e a responsabilização da emissora “pelo ato ilícito praticado”.

Consta dos autos que o Partido da República (PR) ajuizou reclamação no TSE contra emissora de televisão “em decorrência de alegado prejuízo pela não veiculação de 10 (dez) inserções diárias de 30 (trinta) segundos em 4 e 6 de junho de 2013, perfazendo um total de 10 (dez) minutos de propaganda partidária”.

Pretendia a agremiação política o deferimento de novas datas para veiculação de sua propaganda, bem como a condenação da emissora diante da impossibilidade de compensação financeira.

Entretanto, a ministra Laurita Vaz, relatora do feito, entendeu que “tendo em vista a regionalização de suas inserções nacionais, caberia a reclamante não apenas a notificação da emissora geradora do sinal televisivo, mas igualmente daquelas responsáveis pela transmissão do sinal na região que se pretendia alcançar”, o que não restou comprovado.

Nesse sentido, “a emissora que não receber a referida comunicação no prazo legal fica desobrigada da transmissão das inserções do partido em mora”, nos termos da jurisprudência do TSE.

AGU se manifesta pela legalidade de portaria sobre audiodescrição

Em manifestação apresentada no último dia 10, a Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionou favoravelmente à procedência da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) que pretende seja declarada a legalidade da Portaria nº 188, de 2010, do Ministério das Comunicações, bem como a inconstitucionalidade de acórdão lavrado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região que, na prática, determina a inserção do recurso de audiodescrição na totalidade da programação das emissoras de televisão.

Segundo a petição, assinada pelo advogado-geral da União Luís Inácio Lucena Adams, a Portaria nº 188 do Ministério das Comunicações foi “elaborada a partir de análise técnica detalhada e de amplos debates em audiências públicas”, sendo “compatível com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência”.

Os clientes de Moura e Ribeiro Advogados Associados que desejarem conhecer mais sobre a questão, podem solicitar maiores informações pelo endereço contato@mouraeribeiro.adv.br.



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Moura e Ribeiro Advogados Associados, sediado em Brasília – DF, tem sua área de Radiodifusão coordenada pelo sócio Rodolfo Machado Moura, que durante 13 anos prestou serviços à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, possuindo larga experiência não só na área jurídica, mas também na legislativa e regulatória.

Em comemoração ao seu 10º aniversário, Moura e Ribeiro Advogados Associados lançou Boletim Informativo temático da Radiodifusão, já em sua 77ª edição, destacando os principais fatos ocorridos na semana, seja no âmbito do Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário.

Vários são os serviços que habitualmente prestamos às emissoras de radiodifusão, dos quais destacamos:

- Assessoria e consultoria jurídica permanente pertinente aos serviços de radiodifusão, incluindo seus aspectos regulatório, técnico, cível, penal, eleitoral, fiscal, tributário e trabalhista, incluindo:
 - Levantamento da situação jurídica e técnica das emissoras junto ao Ministério das Comunicações, para confronto com a situação real, incluindo questões técnicas e societárias;
 - Verificação e classificação dos procedimentos em trâmite perante os órgãos públicos sediados em Brasília;
- Assessoria e consultoria jurídica de procedimentos de interesse da emissora, junto aos Poderes Executivo e Legislativo;
- Elaboração e disponibilização de modelos de ofícios e declarações;
- Assessoria na elaboração de defesas administrativas;
- Protocolo e acompanhamento de processos junto aos órgãos públicos em Brasília;
- Envio de atos do D.O.U.;
- Envio de análise de inovações normativas, estudos e pareceres relativos aos serviços de radiodifusão;
- Encaminhamento de informativo legislativo e jurídico;
- Informe sobre os prazos de renovação de outorga e assessoria em sua formalização e trâmite perante o Ministério das Comunicações, Presidência da República e Congresso Nacional.

Dentre diversos outros que podem ser ajustados às necessidades específicas das emissoras, pois o nosso propósito é oferecer os serviços adequados aos anseios dos radiodifusores, com a qualidade almejada.

Para maiores informações ou para conhecer outros serviços prestados pelo Moura e Ribeiro Advogados Associados, entre em contato pelo telefone (61) 3703.5558 ou pelo e-mail contato@mouraeribeiro.adv.br.